

Audiência Pública Interativa Projeto de Lei nº 6.569/2013

Brasília – DF

24 de abril de 2018



Roteiro

- O PL nº 6.569/2013
- O papel da ANA
- Considerações adicionais

O PL nº 6.569/2013

Projeto de Lei nº 6.569/2013

Inclui no Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, a implantação de bacia que menciona.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - É incluída, no item 5.2.2. do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, a **interligação entre o rio Preto (BA) e o rio Tocantins**, destinada a **assegurar a navegação desde o rio São Francisco ao rio Amazonas**.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

PNV – Lei nº 5.917/1973 - Anexo 5.2.2

INTERLIGAÇÃO	TRECHO A SER TORNADO NAVEGAVEL
Paraguai-Guaporé	Foz do Jaurú-Cidade de Mato Grosso
Paraná-Paraguai	Rio Paraná-Coxim
Paraná-São Francisco	Escada Grande-Buriti (Rio Paracatu)
Tietê-Paraliba do Sul	Mogi das Cruzes-Jacaré
Taquari-Araguaia	Coxim-Balisa
Ibicuí-Jacuí	Vacacai-Ibicuí
Canal do Varadouro	Bala de Paranaguá-Bala de Cananéia
Canal Santa Maria	Rio Sergipe-Rio Vaza Barris
Canal Tartaruga-Jenipapocu e Arari	Na Ilha de Marajó

Justificativa do PL

- **Navegação fluvial:** desde o rio São Francisco até o rio Amazonas

*“Por estas razões, defendemos a **construção de um canal que interligue, através de seus afluentes, os rios Tocantins e São Francisco, de modo a assegurar a continuidade de navegação interior** entre o Nordeste e a Amazônia, bem como, a regularização das águas desses rios.”*

- **Regularização hídrica:** do rio São Francisco através do rio Tocantins

*“Chamamos atenção à navegação do Vale do São Francisco, especialmente o rio Preto, alertamos para a possibilidade de **reversão das águas do Tocantins para a bacia do rio São Francisco**, que já tem **projeto em estudos de viabilidade voltado para este assunto.**”*

O Papel da ANA

Papel da ANA

Navegação fluvial

- ❑ Instrumento: **Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH**

Lei nº 13.081, de 2 de janeiro de 2015 (altera Lei nº 9.984/2000 – Lei de criação da ANA)

Art. 7º. A concessão ou a autorização de uso de potencial de energia hidráulica e a **construção de eclusa ou de outro dispositivo de transposição hidroviária de níveis** em corpo de água de domínio da União serão precedidas de declaração de reserva de disponibilidade hídrica:

§ 1º. A **declaração de reserva de disponibilidade hídrica será requerida:**
[...]

II - pelo **Ministério dos Transportes**, por meio do órgão responsável pela gestão hidroviária, quando se tratar da construção e operação direta de eclusa ou de outro dispositivo de transposição hidroviária de níveis;

III - pela **Agência Nacional de Transportes Aquaviários**, quando se tratar de concessão, inclusive na modalidade patrocinada ou administrativa, da construção seguida da exploração de serviços de eclusa ou de outro dispositivo de transposição hidroviária de níveis.

- ✓ Não há como emitir juízo de valor sem conhecer o projeto em detalhes

Papel da ANA

Regularização hídrica do rio São Francisco

- ❑ Instrumento: **Outorga** de direito de uso de recursos hídricos

Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997

Art. 12. Estão sujeitos a outorga pelo Poder Público os direitos dos seguintes usos de recursos hídricos:

I - **derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água** para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo;

[...]

V - outros **usos que alterem o regime, a quantidade ou a qualidade** da água existente em um corpo de água.

Exemplo: **PISF**

- ✓ A outorga de direito de uso de recursos hídricos considera a **disponibilidade hídrica** e a existência e projeção dos **usos consuntivos**.
- ✓ Não há como emitir juízo de valor sem informações sobre o projeto, tais como vazões, pontos de interferência, dentre outras.

Papel da ANA

Regularização hídrica do rio São Francisco

❑ Instrumento: **CERTOH**

Decreto nº 4.024/2001

Art. 1º As obras de infra-estrutura hídrica para reservação ou adução de água bruta a serem implantadas ou financiadas, no todo ou em parte, com recursos financeiros da União devem obedecer a critérios de sustentabilidade nas perspectivas operacional da infra-estrutura e hídrica.

Art. 2º As transferências voluntárias e as operações de crédito entre a União ou empresas por ela controladas e outros entes da Federação, caracterizados na forma dos arts. 1º, § 3º, inciso I, e 2º, incisos I e II, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, para obras de infra-estrutura hídrica de valor igual ou superior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), ficam condicionadas à apresentação do Certificado de Avaliação da Sustentabilidade da Obra, emitido pela Agência Nacional de Águas - ANA.

Exemplo: **PISF**

✓ Além de conferir a viabilidade técnica e financeira da obra, o certificado garante:

- Sustentabilidade hídrica: caracterizada pela demonstração de que a implantação da infraestrutura contribui para o aumento do nível de aproveitamento hídrico da respectiva bacia hidrográfica;
- Operacionalidade das infraestruturas implantadas: caracterizada pela existência de mecanismo institucional que garante a continuidade da operação da obra.

✓ Não há como emitir juízo de valor sem informações do projeto

Considerações Adicionais

A manifestação prévia do CNRH

Consta da Lei nº 9.433/1997:

Art. 35. Compete ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos:

...

III - deliberar sobre os projetos de aproveitamento de recursos hídricos cujas repercussões extrapolem o âmbito dos Estados em que serão implantados;

Precedente: PISF

Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Tocantins e Araguaia (PERH-TA)

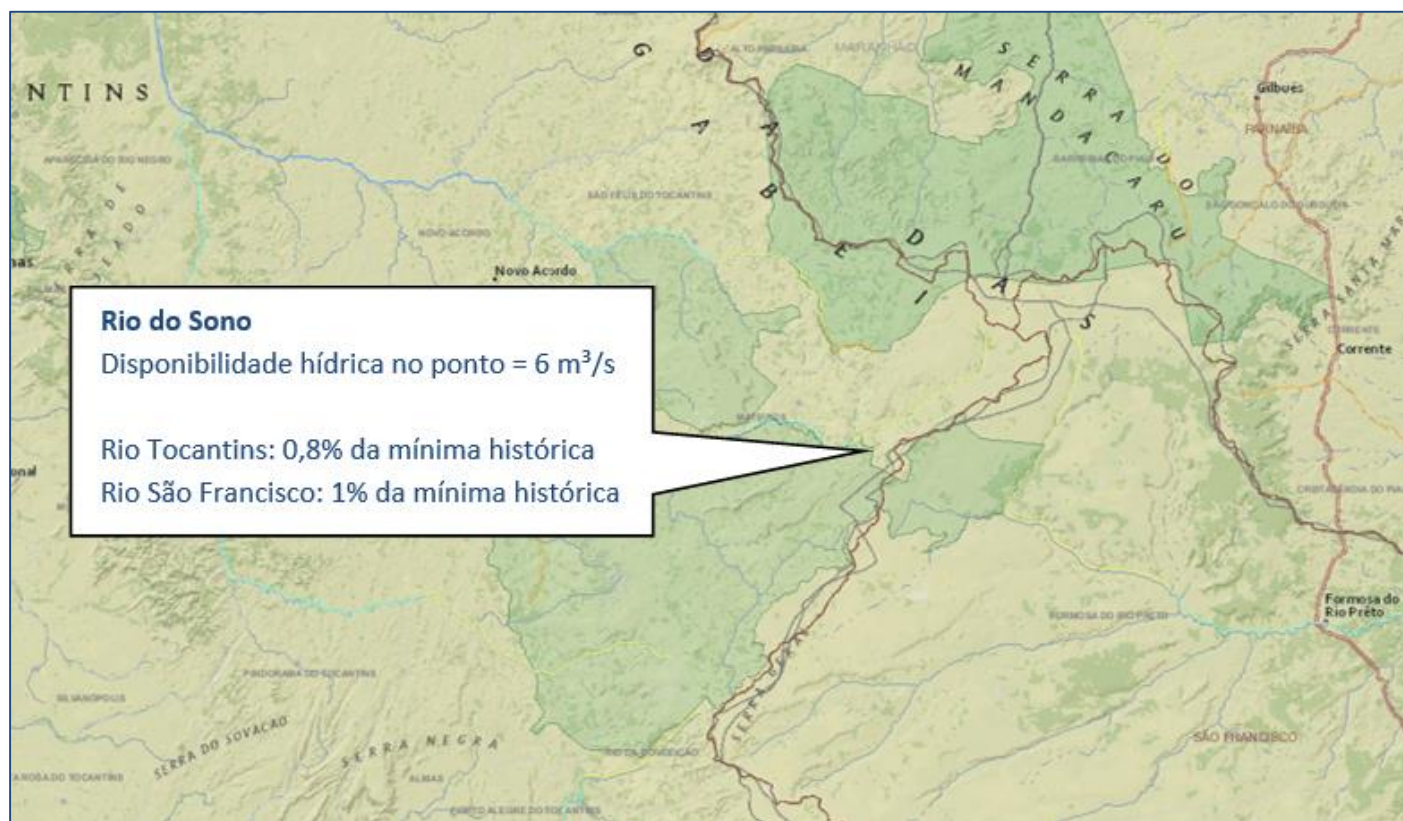
Consta do PERH-TA, aprovado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), por meio da Resolução nº 101, de 14 de abril de 2009:

“(...) a bacia hidrográfica do rio do Sono como uma área sensível do ponto de vista hídrico e ambiental, e que, por isso, deve ser adequadamente protegida(...).”

Exercício de balanço hídrico preliminar

Caso-base indicado no Projeto de Lei nº 6.569/2013:

“(...) navegação fluvial no rio São Francisco e afluentes, poderão sangrar o rio Preto até o rio São Marcelo, fronteira com Goiás, que, para **atingir o rio Tocantins pelo rio do Sono (...).**”



Obrigado.

Luciano Meneses

Especialista em Recursos Hídricos
Coordenador de Outorga

(+55) (61) 2109 – 5270

www.ana.gov.br



www.twitter.com/anagovbr



www.youtube.com/anagovbr